

**Desigualdades de gênero na mídia: discursos sobre uniformes e regulação dos corpos nos Jogos Olímpicos**

**Gender inequalities in media: discourses on uniforms and body regulation in the Olympic Games**

**Desigualdades de género en los medios: discursos sobre uniformes y regulación de los cuerpos en los Juegos Olímpicos**

Amanda Vithória Alves Pereira<sup>1</sup>

Vivianne Oliveira Gomes<sup>2</sup>

**Resumo:** Este estudo investigou como a mídia brasileira representa as desigualdades de gênero através dos discursos sobre regulação dos corpos e uniformes esportivos nos Jogos Olímpicos. Utilizando análise de conteúdo de Bardin, foram examinadas 58 unidades de registro de matérias jornalísticas de quatro portais brasileiros (CNN Brasil, BBC News Brasil, UOL, G1) publicadas entre 2021 e 2024. Os resultados revelaram três categorias principais: “Desigualdade histórica e perspectivas de mudança”, “Sexualização e objetificação” e “Autonomia e resistência”. A análise evidenciou que a mídia desempenha papel ambivalente, ora amplificando lutas por equidade de atletas identificadas como mulheres, ora perpetuando padrões que objetificam corpos generificados. O estudo contribui teoricamente ao demonstrar como mecanismos regulatórios operam na produção performativa de identidades de gênero, e empiricamente ao mapear representações midiáticas sobre gênero no esporte olímpico brasileiro. Conclui-se pela necessidade de transformações estruturais nas coberturas jornalísticas e regulamentações esportivas para promover maior equidade de gênero.

**Palavras-chave:** Desigualdade de gênero. Representação midiática. Jogos Olímpicos. Regulação corporal.

**Abstract:** This study investigated how Brazilian media represents gender inequalities through discourses on body regulation and sports uniforms in the Olympic Games. Using Bardin's content analysis, 58 recording units from journalistic articles from four Brazilian portals (CNN Brasil, BBC News Brasil, UOL, G1) published between 2021 and 2024 were examined. The results revealed three main categories: "Historical inequality and perspectives for change", "Sexualization and objectification" and "Autonomy and resistance". The analysis showed that media plays an ambivalent role, sometimes amplifying equity struggles of athletes identified as women, while other times perpetuating patterns that objectify gendered bodies. The study contributes theoretically by demonstrating how regulatory mechanisms operate in the performative production of gender identities, and empirically by mapping media representations about gender in Brazilian Olympic sports. It concludes that structural transformations in journalistic coverage and sports regulations are necessary to promote greater gender equity.

**Keywords:** Gender inequality. Media representation. Olympic Games. Body regulation.

<sup>1</sup> Graduanda em Educação Física. Universidade Federal de Jataí (UFJ). Bolsista de Iniciação Científica (PIBIC-IC), processo nº. PI05941-2024. ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-5420-1994>. Email: [amanda.pereira@discente.ufj.edu.br](mailto:amanda.pereira@discente.ufj.edu.br)

<sup>2</sup> Doutora em Ciências do Esporte (UCLM-España). Universidade Federal de Jataí (UFJ). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8291-8867>. E-mail: [vivianneoliveira@ufj.edu.br](mailto:vivianneoliveira@ufj.edu.br)

**Resumen:** Este estudio investigó cómo los medios brasileños representan las desigualdades de género a través de discursos sobre regulación corporal y uniformes deportivos en los Juegos Olímpicos. Utilizando análisis de contenido de Bardin, se examinaron 58 unidades de registro de artículos de cuatro portales brasileños (CNN Brasil, BBC News Brasil, UOL, G1) publicados entre 2021-2024. Los resultados revelaron tres categorías: “Desigualdad histórica y perspectivas de cambio”, “Sexualización y objetificación” y “Autonomía y resistencia”. El análisis evidenció que los medios desempeñan papel ambivalente, ora amplificando luchas por equidad de atletas identificadas como mujeres, ora perpetuando patrones que objetifican cuerpos generizados. El estudio contribuye teóricamente al demostrar cómo mecanismos regulatorios operan en la producción performativa de identidades de género, y empíricamente al mapear representaciones mediáticas sobre género en el deporte olímpico brasileño. Se concluye que son necesarias transformaciones estructurales en coberturas periodísticas y regulaciones deportivas para promover mayor equidad de género.

**Palabras-clave:** Desigualdad de género. Representación mediática. Juegos Olímpicos. Regulación corporal.

**Submetido 04/08/2025**

**Aceito 08/10/2025**

**Publicado 19/01/2026**

## **Considerações iniciais**

Historicamente, o esporte sempre foi um espaço importante para transmitir valores sociais, incluindo a luta pela igualdade de gênero. Desde os Jogos Olímpicos da Grécia Antiga até as edições modernas do século XX, pessoas categorizadas como mulheres foram sistematicamente excluídas das competições. Apenas recentemente começamos a ver mudanças significativas impulsionadas pelos debates sobre direitos iguais no esporte (Nunes, 2019).

É verdade que os Jogos Olímpicos de hoje contam com muito mais atletas competindo e recebendo atenção da mídia. Mesmo com esses avanços, contudo, as competidoras ainda enfrentam problemas sérios e bem estruturados. Elas têm menos chances de competir, ganham salários menores que os homens e, infelizmente, a mídia ainda insiste em cobrir modalidades esportivas de um jeito que reforça velhos preconceitos sobre como as “mulheres devem ser” no esporte (Fornari *et al.*, 2019; Martínez; Martín; Benítez, 2021).

Os preconceitos de gênero no mundo esportivo vão muito além das quadras e dos campos de competição. Eles se infiltram em diferentes níveis da estrutura esportiva, desde os cargos de liderança – em que as mulheres ainda enfrentam barreiras para assumir posições de gestão, sendo frequentemente consideradas “inadequadas” para tais funções – até a cobertura midiática. No âmbito da mídia, é comum vermos atletas mulheres sendo apresentadas de forma estereotipada: como frágeis, dependentes e passivas. O foco recai mais sobre sua aparência física e seu apelo sexual do que sobre suas habilidades (Pape, 2020; Fernández; Muñoz, 2021).

Do ponto de vista teórico, Butler (1999) explica que, tanto nossos corpos, quanto nossa identidade de gênero, são produzidos performativamente pela sociedade, sem separação clara entre o que é “natural” e o que é construído socialmente. A performatividade de gênero demonstra que o gênero é constituído por atos repetitivos que criam a ilusão de uma identidade estável. Segundo sua teoria, as categorias de “sexo” e “corpo” funcionam como normas sociais reguladoras – o conceito de sexo não apenas descreve, mas cria e controla os corpos. Esse mecanismo categoriza e valida certos tipos de corpos em detrimento de outros, exigindo que nos encaixemos nas expectativas de gênero estabelecidas para sermos considerados “normais” pela sociedade.

Complementando essa perspectiva, Adelman (2003) observa que, embora tenham ocorrido transformações nos padrões hegemônicos sobre a corporalidade, com a ruptura da ideia de fragilidade dando lugar à noção da mulher ativa, essa transformação ainda é permeada

por padrões culturais de beleza os quais exigem que a atleta seja magra e tonificada, porém sem se tornar excessivamente musculosa a ponto de ficar “masculinizada”. Dessa forma, o mercado esportivo continua valorizando atletas com corpos que performam feminilidade, mantendo a imposição de um ideal estético específico.

No esporte de elite, corpos feminilizados ainda são território de debates e conflitos. Pesquisadores como Ferreti e Knijnik (2017) observam que o modo como vemos e falamos sobre o corpo das competidoras acaba sendo filtrado por preconceitos de gênero, o que acaba reforçando estereótipos sobre como as mulheres devem ser. É preocupante vermos situações em que a aparência física da atleta recebe mais atenção do que sua performance esportiva, criando uma narrativa problemática que coloca marcadores de feminilidade em primeiro plano, enquanto suas conquistas e talentos ficam em segundo lugar.

Nesse cenário, Maia (2023) analisa como a hipersexualização de corpos feminilizados nas coberturas jornalísticas esportivas reforça a desigualdade de gênero, evidenciando a necessidade de mudanças estruturais. Similarmente, Adelman (2003) demonstra que atletas enfrentam duplo preconceito: sobre sua competência física e sobre sua performance de feminilidade, sendo obrigadas a adotar posturas apologéticas, demonstrando constantemente que sua prática esportiva preserva normas de gênero estabelecidas.

A mídia desempenha um papel decisivo na preservação desses padrões. Como destacam Knijnik e Souza (2018), o noticiário esportivo brasileiro tende a tratar modalidades praticadas por mulheres de forma desigual, dando mais ênfase à aparência física e à vida pessoal das atletas do que ao seu desempenho nas competições. Esse foco desloca a atenção dos feitos esportivos, reduzindo sua visibilidade e contribuindo para que as desigualdades se mantenham na maneira como o jornalismo retrata o universo esportivo.

Um marco importante ocorreu nos Jogos Olímpicos de Tóquio 2020, realizados em 2021, quando a discussão sobre regulamentações de uniformes ganhou grande visibilidade a partir de casos em que atletas contestaram normas que as obrigavam a usar vestimentas mais curtas ou ajustadas. Como observam Ferreti e Knijnik (2017), esse tipo de imposição evidencia a necessidade de rever regras esportivas para assegurar maior igualdade de gênero. Nesse contexto, os protestos em Tóquio mobilizaram debates globais sobre a sexualização de atletas, questionando padrões diferenciados impostos a mulheres e homens (Backes, 2023). O estudo

de Santos *et al.* (2024) reforça esse ponto ao analisar críticas de atletas e organizações esportivas contra a manutenção de regulamentos que restringem a liberdade de escolha de vestimentas.

Goellner (2015) destaca que, embora haja avanços na inclusão esportiva, persistem obstáculos ligados tanto à cobertura midiática quanto às regras de vestimenta. Os debates recentes sobre os uniformes olímpicos, portanto, representam uma oportunidade de rever normas que, historicamente, reforçam desigualdades de gênero e limitam a participação plena das atletas. Nessa direção, Maia (2023) evidencia que a hipersexualização vinculada aos trajes esportivos continua sendo um desafio atual, exigindo maior conscientização e transformações estruturais no jornalismo e nas entidades reguladoras do esporte.

Diante desse contexto, a questão que norteia esta pesquisa é: de que maneira a mídia retrata a perpetuação das desigualdades de gênero por meio da forma como apresenta os corpos e uniformes das atletas durante os Jogos Olímpicos? O objetivo geral é examinar como os jornais esportivos tratam essas questões de gênero no esporte, prestando atenção especial aos debates sobre regulamentações de vestuário. Como objetivos específicos, buscamos: 1) identificar os padrões discursivos presentes nas matérias jornalísticas sobre regulamentações de uniformes olímpicos; 2) analisar como a mídia representa as tensões entre sexualização e autonomia corporal; e 3) compreender as estratégias de resistência das atletas frente às regulamentações de vestuário.

Para atingir esses propósitos, serão analisadas matérias jornalísticas de quatro portais de ampla circulação no Brasil – CNN Brasil, BBC News Brasil, UOL e G1 – selecionados por sua relevância nacional e por influenciarem a formação da opinião pública sobre o esporte. A escolha desses veículos permite observar como diferentes linhas editoriais abordam a questão de gênero em um evento de grande visibilidade como os Jogos Olímpicos. A relevância deste estudo, portanto, está em ampliar a compreensão sobre como a mídia pode tanto reforçar desigualdades de gênero quanto contribuir para seu enfrentamento, especialmente no que se refere à representação dos corpos e uniformes das atletas.

Do ponto de vista conceitual, adotamos a definição de sexismo conforme Saffioti (2004), compreendido como o sistema de dominação que hierarquiza os gêneros, legitimando a apropriação do corpo, da sexualidade e do trabalho das pessoas através de mecanismos ideológicos e materiais de controle. O conceito de equidade de gênero é aqui entendido, seguindo Louro (2003), como o processo de desconstrução das desigualdades de gênero através

da transformação das relações de poder e da garantia de igualdade de oportunidades, reconhecendo as especificidades e necessidades diferenciadas dos sujeitos.

## **Metodologia**

Este estudo adotou uma abordagem qualitativa, exploratória e documental. A escolha pela pesquisa qualitativa, segundo Minayo (2014), justifica-se pela necessidade de compreender significados e processos sociais que permeiam as representações midiáticas. A dimensão exploratória permite conhecer melhor o tema estudado e aprimoramento de ideias (Gil, 2008), enquanto a natureza documental utiliza como fonte materiais originais que não foram previamente analisados academicamente, como reportagens e conteúdos jornalísticos (Severino, 2007).

Para a constituição do *corpus* de análise, foi realizada uma busca exploratória de matérias jornalísticas durante os meses de novembro e dezembro de 2024, utilizando os seguintes descritores combinados com operadores booleanos: uniformes/femininos, uniformes/Olimpíadas, sexismo/Olimpíadas e uniforme/sexismo. A busca foi realizada em seis portais de notícias brasileiros: CNN Brasil, BBC News Brasil, Folha de São Paulo, UOL, G1 e R7. A seleção destes veículos baseou-se em diversidade de perspectivas editoriais e cobertura esportiva especializada. Os portais escolhidos representam diferentes grupos de comunicação nacionais e internacionais: G1 (Grupo Globo), UOL (Grupo UOL), CNN Brasil (CNN International), BBC News Brasil (BBC), Folha de São Paulo (Grupo Folha) e R7 (Grupo Record), todos com seções dedicadas ao jornalismo esportivo e cobertura olímpica consolidada.

A seleção não se baseou em métricas de audiência digital, mas em critérios de acessibilidade às matérias, diversidade editorial e relevância na cobertura esportiva nacional. Trata-se, portanto, de um recorte metodológico que privilegia a diversidade de perspectivas, sem a pretensão de representar a totalidade dos veículos de maior alcance do país. Após a aplicação desses critérios, foram identificadas matérias relevantes em quatro portais – CNN Brasil, BBC News Brasil, UOL e G1. Já na Folha de São Paulo e no R7, foram encontradas apenas republicações ou referências a conteúdos originalmente veiculados pelos demais *sites*, razão pela qual não foram incluídos, a fim de evitar duplicação de dados.

Os critérios específicos para seleção das matérias incluíram: 1) presença das palavras-chave no título ou *lead* da matéria; 2) abordagem específica da questão das regulamentações de

uniformes olímpicos; 3) extensão mínima de 300 palavras; e 4) publicação no período estabelecido. O recorte temporal definido abrangeu de junho de 2021 a dezembro de 2024, período que engloba desde os Jogos Olímpicos de Tóquio até discussões posteriores sobre a temática.

No que se refere aos aspectos éticos, conforme a Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, esta pesquisa, por se basear exclusivamente em fontes públicas jornalísticas, sem coleta de dados identificáveis, não requer submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa. Todos os materiais analisados encontram-se disponíveis publicamente nos portais investigados.

Para analisar os dados coletados, aplicamos a metodologia de análise de conteúdo desenvolvida por Bardin (2011), a qual possibilita identificar categorias, extraír indicadores e realizar inferências sobre os sentidos presentes nas matérias jornalísticas. Essa técnica permite destacar padrões representacionais e recorrências temáticas relacionadas à forma como a mídia retrata as questões de gênero no esporte, oferecendo subsídios consistentes para compreender a permanência ou o questionamento de desigualdades na cobertura esportiva.

A análise de conteúdo, conforme explica Bardin (2011), organizou-se em três fases cronológicas: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados. Na fase inicial de pré-análise, foi realizada uma leitura flutuante das matérias jornalísticas coletadas para familiarização com o material, estabelecendo-se em seguida os critérios de seleção para sistematizar as ideias iniciais.

A exploração do material envolveu operações de codificação dos dados brutos. Nesta etapa, foram selecionadas 58 frases representativas das matérias jornalísticas encontradas (unidades de registro), utilizando os critérios de: a) relevância temática para os objetivos da pesquisa; b) representatividade dos diferentes posicionamentos identificados; e c) clareza na expressão dos conteúdos analisados.

Essa sistematização possibilitou organizar os dados de forma mais transparente e consistente, favorecendo a interpretação das unidades de registro. Na etapa final, o processo de categorização foi consolidado por meio da comparação entre as frases selecionadas e os objetivos da pesquisa, o que permitiu identificar três categorias temáticas centrais de análise, emergidas diretamente do material empírico.

## Análise dos dados e resultados

A análise de conteúdo realizada identificou padrões representacionais relevantes sobre regulamentações de uniformes olímpicos nas matérias jornalísticas investigadas. O *corpus* foi composto pelas matérias apresentadas no Quadro 1.

Quadro 1 - *Corpus* de análise: matérias jornalísticas selecionadas

Autor/Ano	Título da reportagem	Portal/Jornal
UOL (2024)	Após polêmica sobre machismo nos trajes da abertura, Comitê Olímpico Francês flexibiliza regras	UOL
Castro (2021)	Mulheres nas Olimpíadas: uniformes, participação e salários em pauta	CNN Brasil
Sanchez (2024)	Operadores de câmeras em Paris 2024 são instruídos a evitar planos sexistas de atletas; entenda	CNN Brasil
Fantástico (2021)	Uniforme longo da equipe alemã de ginástica é protesto contra a sexualização no esporte	G1
BBC News Brasil (2021)	Olimpíada de Tóquio 2021: como o sexismo se reflete no controle dos uniformes das atletas	BBC News Brasil

Fonte: Elaborado pelas autoras (2025).

Seguindo a metodologia de Bardin (2011), foram identificadas três categorias temáticas principais, cada uma subdividida em duas subcategorias, apresentadas no Quadro 2. A análise das 58 unidades de registro revelou a seguinte distribuição: 22 unidades (37,9%) corresponderam à categoria Sexualização e objetificação; 20 unidades (34,5%), à categoria Desigualdade histórica e perspectivas de mudança; e 16 unidades (27,6%), à categoria Autonomia e resistência. Essa divisão mostra a predominância de narrativas ligadas à sexualização das atletas, mas também o espaço crescente para debates sobre desigualdade e estratégias de resistência.

Quadro 2 - Categorias e Subcategorias.

Categorias	Subcategorias
1. Desigualdade histórica e perspectivas de mudança	1.1 Exclusão e regras diferenciadas por gênero 1.2 Avanços e tendências futuras
2. Sexualização e objetificação	2.1 Crítica à sexualização dos corpos feminilizados

Categorias	Subcategorias
	2.2 Tratamento midiático diferenciado
3. Autonomia e resistência	3.1 Liberdade de escolha do vestuário
	3.2 Ações de protesto e suas consequências

Fonte: Elaborado pelas autoras (2025).

A distribuição das 58 unidades de registro indicou uma presença relativamente equilibrada entre as três categorias temáticas, permitindo uma compreensão ampla da forma como a mídia brasileira aborda as questões de gênero nas regulamentações de uniformes olímpicos. Essa organização revelou padrões representacionais significativos: em alguns casos, os veículos de comunicação reproduzem estereótipos de sexualização, enquanto em outros destacam as vozes de resistência das atletas. A seguir, detalhamos cada categoria, iniciando pela discussão sobre as desigualdades históricas e as perspectivas de mudança.

### **Desigualdade histórica e perspectivas de mudança**

Esta categoria evidenciou que a cobertura sobre as mulheres nos Jogos Olímpicos carrega contradições. Em alguns momentos, as matérias celebram as conquistas alcançadas pelas atletas; em outros, deixam transparecer que persistem inúmeras barreiras. A análise revela que, apesar dos avanços obtidos nas últimas décadas, permanecem estruturas de preconceito profundamente enraizadas, que ainda limitam a plena participação de pessoas categorizadas como mulheres no esporte olímpico.

A primeira subcategoria identificada, “Exclusão e regras diferenciadas por gênero”, revela como as estruturas sociais patriarcais se manifestam no contexto esportivo por meio de regulamentações, tradições e práticas que discriminam as atletas. As matérias analisadas evidenciam que tais práticas não são meros resquícios históricos, mas continuam operando de forma sistemática no esporte contemporâneo.

As matérias jornalísticas também recuperaram o caráter histórico dessa exclusão, evidenciando que ela se mantém de forma sistemática no presente. Um exemplo é o registro de Castro (2021), ao destacar que “na Grécia Antiga, as mulheres sequer podiam assistir à prática dos esportes pelos homens [...] Um dos idealizadores dos Jogos, Barão Pierre de Coubertin (1863-1937), era contrário à participação de atletas do sexo feminino porque elas seriam sempre imitações imperfeitas”. Cabe ressaltar que a expressão “sexo feminino”, utilizada na fonte,

reforça a lógica binária que, conforme Butler (1999), naturaliza categorias socialmente construídas.

Esta constatação histórica dialoga com o que Goellner (2005) define como a construção social do esporte enquanto território masculino, no qual as mulheres foram sistematicamente impedidas de participar não apenas como atletas, mas também como espectadoras. A autora argumenta que essa exclusão decorre de estratégias sociais de controle – desde regulamentações explícitas até formas mais sutis de discriminação – as quais consolidaram barreiras estruturais e restringiram a presença feminina em todas as esferas do universo esportivo.

No contexto contemporâneo, os textos analisados apontam para a persistência de regulamentações diferenciadas baseadas em gênero. Como declarou a repórter esportiva Rafaela Mendonça à BBC News Brasil (2021): “Todo esporte precisa de regras. O problema é quando temos um conjunto de regras só para mulheres”. Na França, o Comitê Olímpico Nacional (CNOSF) foi obrigado a rever suas orientações após a heptatleta Auriana Lazraq-Khlass denunciar uma política diferenciada entre homens e mulheres (UOL, 2024).

A análise também revelou críticas diretas ao caráter sexista das organizações esportivas. Como afirmou Rafaela Mendonça à BBC News Brasil (2021), “os dirigentes de organizações esportivas, geralmente homens brancos, ainda veem as atletas como um adorno, que estão ali apenas para agradar aos homens”. Essa representação dialoga com o conceito de pedagogia de gênero proposto por Louro (2003), segundo o qual as instituições sociais educam para a aceitação de papéis específicos. No campo esportivo, tal pedagogia se materializa na naturalização da ideia de que mulheres atletas devem ser vistas antes como objetos de apreciação visual do que como competidoras legítimas.

De forma sintética, as matérias jornalísticas sobre exclusão histórica e regras diferenciadas por gênero no esporte confirmam o que Scott (1995) descreve como a manifestação primária das relações de poder: a utilização do gênero como elemento de segregação e hierarquização. Nesse sentido, as normas de vestimenta impostas às competidoras funcionam como mecanismos concretos de controle social sobre seus corpos, restringindo sua autonomia e perpetuando estereótipos de gênero que atravessaram séculos da história esportiva.

A segunda subcategoria, “Avanços e tendências futuras”, refere-se à constatação de que, mesmo com a continuidade de desigualdades históricas no esporte, verificam-se nas últimas décadas progressos notáveis quanto à igualdade de gênero e à inclusão. A crescente visibilidade

das atletas, o debate sobre uniformes, salários e identidade de gênero, bem como iniciativas institucionais, indicam uma direção positiva de mudança que se articula com transformações sociais mais amplas.

A discussão sobre uniformes tem sido impulsionada por demandas por liberdade, conforto e respeito à individualidade. Conforme destacado nas matérias analisadas: “Especialistas em história do esporte e gênero ouvidos pela CNN apontam que a discussão sobre liberdade na escolha dos uniformes ganhará ainda mais visibilidade no futuro, acompanhando uma tendência da própria sociedade” (Castro, 2021). Essa preocupação reflete uma crítica às imposições estéticas e sexistas que historicamente condicionaram a presença das mulheres nos esportes, sinalizando uma mudança paradigmática em curso.

Em termos quantitativos, embora a participação feminina nas modalidades olímpicas tenha aumentado ao longo do tempo, a paridade de gênero ainda não era realidade nos Jogos de Tóquio-2020. Como observa Castro (2021), “o aumento da presença das mulheres nas modalidades olímpicas foi gradativo, mas, até hoje, nos Jogos Olímpicos de Tóquio, elas são minoria (48,8% dos cerca de 11 mil atletas)”. Esse cenário mudou apenas em Paris-2024, quando, segundo a CNN Brasil (Sanchez, 2024), “pela primeira vez na história, foi atingida a paridade de gênero entre atletas”, acompanhada de mudanças na programação para ampliar o interesse do público pelas competições.

Além das transformações institucionais, é essencial reconhecer o impacto dos movimentos sociais sobre o avanço da equidade no esporte. Castro (2021) destaca que “o esporte não está isolado da sociedade, ele está inserido nela. Os movimentos feministas, como o ‘Nenhuma a menos’, ‘#MeToo’, a ‘Primavera feminista’, o ‘Não é não’, empoderaram as mulheres” (Castro, 2021, grifos do autor). Esses movimentos têm funcionado como catalisadores de mudanças culturais, ampliando a consciência pública sobre o direito das mulheres ao espaço esportivo e fortalecendo suas vozes em contextos historicamente dominados por homens.

A importância de construir desde cedo uma nova mentalidade também é enfatizada pela criadora de conteúdo digital e ex-advogada Tova Leigh, que afirma à BBC News Brasil (2021): “Temos que mostrar às meninas, desde a mais tenra idade, que o esporte é lugar de mulher”. Nesse sentido, Knijnik e Souza (2018) destacam que as conquistas das mulheres no esporte

representam não apenas vitórias individuais, mas avanços simbólicos na luta por igualdade de gênero, desafiando normas tradicionais e abrindo caminhos para novas gerações de atletas.

Por fim, a conquista de espaços por mulheres atletas é percebida como uma vitória coletiva, que inspira outras gerações. Em depoimento ao G1, a ginasta Flávia Saraiva afirma: “Não é de hoje, né? A gente já vem lutando por uma causa há muito e muito tempo. Então, ver elas conseguindo conquistar isso, eu me sinto parte da vitória delas também, a gente se sente e elas são uma inspiração para a gente” (Fantástico, 2021). Essa declaração evidencia a importância do exemplo e da representatividade na transformação social e cultural do esporte, demonstrando como as conquistas individuais se convertem em ganhos coletivos para o movimento de equidade de gênero.

Assim, as perspectivas para o futuro indicam um cenário esportivo em processo de transformação, no qual conquistas recentes ampliam a legitimidade das atletas e fortalecem a luta pela equidade de gênero. Embora persistam resistências institucionais e culturais, os avanços já alcançados – como a paridade de gênero nos Jogos de Paris-2024 e o aumento da visibilidade midiática das atletas – demonstram que mudanças estruturais estão em curso e tendem a consolidar-se nos próximos ciclos olímpicos.

### **Sexualização e objetificação**

Esta categoria analisa a forma como o corpo das atletas é representado no mundo esportivo, frequentemente reduzido a objeto de contemplação em detrimento do reconhecimento de suas habilidades. A sexualização ultrapassa a questão do vestuário, manifestando-se tanto no discurso midiático quanto nas regulamentações institucionais que impõem padrões estéticos específicos. Esse processo desloca a atenção do desempenho atlético para a aparência física, perpetuando um conflito central entre mérito esportivo e controle simbólico dos corpos.

A primeira subcategoria identificada, “Crítica à sexualização dos corpos feminilizados”, evidencia como os corpos generificados são constantemente capturados por lentes patriarciais que objetificam, julgam e domesticam sua presença no esporte. Atletas utilizam seus uniformes como forma de protesto e discurso político. Conforme destacado na matéria: “No treino de pódio e na fase qualificatória, o time feminino da Alemanha marcou posição e fez história ao guardar no armário os tradicionais collants e substituí-los por macacões até o tornozelo, com o

objetivo de combater a sexualização do corpo das mulheres” (Castro, 2021). O gesto das competidoras transcendeu o âmbito meramente estético ou funcional do uniforme, assumindo uma dimensão discursiva que questiona as normas impostas historicamente às modalidades e reivindica o direito à autonomia sobre seus próprios corpos no contexto esportivo.

A crítica à sexualização também denuncia como os corpos feminilizados são percebidos como “propriedade pública”, especialmente no que diz respeito à vestimenta. A matéria da BBC News (2021) destaca a fala da jornalista britânica Hannah Smith: “Não importa de que cultura você vem, os corpos das mulheres e a forma como esses corpos são vestidos ainda são vistos como propriedade pública – ou, mais precisamente, propriedade do patriarcado”. Essa lógica revela como o poder atua pela normatização dos corpos, definindo padrões estéticos considerados adequados.

Castro (2021) observa que a objetificação se intensificou a partir dos anos 1970, com a difusão da cultura *fitness* e a consequente mercantilização dos corpos, transformados em instrumentos de *marketing* e entretenimento. Um exemplo emblemático dessa lógica foi a propaganda de um torneio no Japão, no final da década de 1980, cuja imagem principal destacava apenas o bumbum de uma jogadora.

A crítica contemporânea, portanto, confronta uma tradição consolidada que reduz os corpos das atletas a categorias de “problema” ou “entretenimento”. As matérias analisadas evidenciam essa percepção, como demonstra a observação de que “é como se a sociedade se sentisse à vontade para falar do corpo da mulher, como se tivesse uma licença para criticá-lo” (Castro, 2021). Essa perspectiva é reforçada pela criadora de conteúdo digital e ex-advogada Tova Leigh, que afirma à BBC News Brasil (2021): “Os corpos das mulheres são tratados e vistos como ‘o problema’. Nossos corpos ou são ‘inadequados’ ou não são ‘entretenimento suficiente’” (grifos do autor).

Essa percepção mostra uma contradição persistente: a mulher é censurada quando expõe demais o corpo e invisibilizada quando não se ajusta aos padrões estéticos hegemônicos. Nesse contexto, iniciativas de resistência, como a das ginastas alemãs, reconfiguram o debate sobre autonomia corporal ao transformar o uniforme em um ato político que confronta a normatização patriarcal dos corpos (Bordo, 1997).

Conclui-se, assim, que a crítica à sexualização dos corpos no esporte não é apenas uma questão de vestuário, mas de estrutura social. As frases analisadas demonstram que as atletas

desafiam um sistema que ainda insiste em capturar seus corpos como objetos de desejo e julgamento, configurando um cenário de disputa simbólica por visibilidade, respeito e dignidade.

A subcategoria “Tratamento midiático diferenciado” refere-se à desigualdade na forma como a mídia retrata atletas de diferentes gêneros. Nas coberturas esportivas, persiste a tendência de valorizar a aparência das mulheres em detrimento de suas conquistas, reforçando práticas que reduzem suas trajetórias a objetos de contemplação, sobretudo para o público masculino.

Entre as unidades de análise mais significativas, destaca-se a constatação de que, mesmo na era atual, operadores de câmera ainda mantêm um viés sexista. Conforme afirmou Yiannis Exarchos, diretor-geral do *Olympic Broadcasting Services* (OBS) à matéria da CNN Brasil (2024): “Infelizmente, em alguns eventos, elas (mulheres) ainda estão sendo filmadas de uma maneira em que você pode identificar que estereótipos e sexismo permanecem, mesmo pela forma como alguns operadores de câmera estão enquadrando atletas homens e mulheres diferentemente”.

Essa diferença deixa evidente a presença de uma hierarquia de gênero: enquanto corpos generificados são amplamente expostos e explorados de forma visual, outros têm preservada sua condição de atleta. A lógica de produção dos programas esportivos, seja na TV ou na *internet*, acaba reproduzindo desigualdades estruturais da sociedade, transformando atletas em objetos de contemplação.

Essa prática é reforçada pelos testemunhos de atletas que sofreram diretamente com esse tipo de enquadramento. De acordo com a matéria da CNN Brasil,

A jogadora de vôlei de praia Carol Solberg se sente bem com o biquíni como uniforme, por conta do calor, mas preferia que cada jogadora usasse o que quisesse. Em uma entrevista à revista “Trip”, em dezembro do ano passado, ela relatou já ter passado por situações incômodas, como registros aproximados de seu bumbum e comentários de que “é ruim para a televisão” não usar o biquíni quando está frio (Castro, 2021, grifos do autor).

A crítica aparece de forma contundente na fala da jornalista britânica Hannah Smith: “Não importa o que você vista para praticar esportes como mulher, você sempre será julgada pelos homens que estão assistindo” (BBC News Brasil, 2021). Essa observação indica que a

performance feminina tende a ser avaliada a partir de expectativas visuais erotizadas, e não do mérito técnico. A campeã olímpica Jaqueline Silva confirma essa percepção ao afirmar: “Quando programam esse tipo de coisa, não vale a qualidade do seu trabalho, e, sim, a bunda, o decote, o biquíni” (Castro, 2021). Tais declarações trazem à tona como o fato sobre como o destaque midiático se ancora na exposição corporal, configurando uma forma de violência simbólica que limita a autonomia das atletas (Bourdieu, 1999).

Por fim, a frase “é importante sempre se posicionar que, por trás do uniforme, do corpo, tem um atleta que se dedica e que tem uma performance” (Castro, 2021), recupera a centralidade da atleta como profissional do esporte. Essa declaração da ex-atleta Leila Barros, incentivadora da mudança do uniforme para *shorts*, argumentava que mulheres tinham o mesmo direito que os homens de escolher sua vestimenta. Essa fala articula-se com críticas feministas que reivindicam o reconhecimento das competidoras como sujeitos ativos dotados de técnica e talento, não como objetos de contemplação passiva.

Em síntese, a mídia esportiva ainda reforça padrões de invisibilização e hipervisualização corporal, revelando a persistência de mecanismos de sexualização que precisam ser denunciados e transformados, sendo imprescindível que tais práticas sejam continuamente denunciadas, discutidas e transformadas à luz de uma perspectiva crítica.

### **Autonomia e resistência**

Esta categoria mostrou que as atletas desenvolvem estratégias de resistência a regras preconceituosas, seja por meio de reivindicações pelo direito de escolha, seja através de ações concretas de protesto. Essas manifestações integram um movimento mais amplo de contestação às estruturas machistas que historicamente controlaram o comportamento das mulheres no esporte, instaurando um embate simbólico entre a manutenção de tradições excludentes e a busca por transformações igualitárias.

A primeira subcategoria, “Liberdade de escolha do vestuário”, representa uma demanda central das atletas contemporâneas: o direito de decidir sobre seus próprios corpos e vestimentas. O debate não está em padronizar o uso de roupas mais ou menos reveladoras, mas sim em garantir que cada atleta possa escolher, com liberdade, aquilo que melhor se adequa ao seu conforto, identidade e performance (Castro, 2021).

As ginastas alemãs já haviam adotado os macacões no campeonato europeu de abril, mas foi em Tóquio que a escolha ganhou repercussão mundial. Seu posicionamento foi explícito: não defendiam a imposição de um traje único, mas o direito de cada atleta decidir o que vestir e quando (Castro, 2021). O gesto recebeu apoio de nomes como Simone Biles, Rebeca Andrade e Flávia Saraiva, que, mesmo preferindo o *collant*, manifestaram-se pela liberdade de escolha. Essa reivindicação configura um ato político de resistência às normatividades que historicamente disciplinaram os corpos feminilizados no esporte, deslocando o uniforme de mero objeto funcional para símbolo de autonomia.

A repórter esportiva Rafaela Mendonça, em entrevista à BBC News Brasil (2021), sintetiza essa crítica à obrigatoriedade de certos trajes: “Não há justificativa razoável para o biquíni. O esporte não vai mudar em nenhum aspecto caso as jogadoras possam jogar de bermuda. Se algo mudar, será apenas o fato de que elas vão se sentir mais confortáveis”. Sua observação rompe com a naturalização da ideia de que o traje mínimo teria função estritamente técnica, revelando, na verdade, seu propósito real: manter uma estética sexualizada para consumo midiático (Maia, 2023).

Na subcategoria “Ações de protesto e suas consequências”, analisam-se as formas como atletas desafiam regras consideradas injustas sobre uniformes femininos em competições de grande visibilidade. Esses atos de resistência, entretanto, frequentemente resultam em reações institucionais expressas por multas e posicionamentos conservadores, mostrando a rigidez das estruturas tradicionais do esporte diante de demandas por mudança.

Um dos episódios mais emblemáticos ocorreu no Campeonato Europeu de Handebol de Praia, de 2021, quando a seleção feminina da Noruega optou por competir de *shorts* em vez de biquíni. A decisão resultou em uma multa de 1.500 euros (cerca de R\$ 9,2 mil), aplicada pela Federação Europeia (Fantástico, 2021; BBC News Brasil, 2021). A penalidade indica a persistência de normas sexistas que privilegiam a estética sobre o conforto e a autonomia das atletas, demonstrando a dificuldade das instituições esportivas em aceitar transformações que desafiem tradições desiguais.

As atletas contaram que o biquíni atrapalhava seus movimentos, incomodava durante a competição e sexualizava excessivamente seus corpos, problemas que afetam tanto o desempenho no esporte quanto o reconhecimento que merecem como profissionais. Em um

comentário que deixa bem claro essa tensão entre querer ter liberdade sobre o próprio corpo e enfrentar pressões externas, a criadora de conteúdo digital Tova observa:

A questão não é o short. A questão é que mesmo em 2021 as mulheres ainda tendem que ouvir o que podem ou não podem vestir, porque os corpos das mulheres ainda são vistos como objeto para o proveito dos homens, algo sobre o que se tem direito de comentar, de exigir e de decidir (BBC News Brasil, 2021).

Essa resistência às regras também se manifestou em outras situações, como no atletismo paralímpico britânico, onde uma atleta foi criticada por usar roupas consideradas “curtas demais” (UOL, 2024), e no caso da francesa Auriana Lazraq-Khlass, impedida de competir com o uniforme masculino completo (UOL, 2024). Esses episódios mostram a dificuldade das entidades esportivas em abandonar práticas que reforçam estereótipos de gênero e mantêm um controle sobre a forma como atletas devem se apresentar.

Do ponto de vista teórico, tais ações revelam como as instituições regulam e disciplinam os corpos por meio de normas sociais que estabelecem padrões de feminilidade padronizada e erotizada. As regras de vestimenta, nesse contexto, funcionam como dispositivos de controle simbólico e físico, negando às atletas a autonomia sobre sua aparência. Bordo (1997) reforça essa leitura ao demonstrar que os corpos são moldados socialmente para cumprir funções simbólicas que, em grande parte, respondem a expectativas patriarcas e não à agência das próprias mulheres.

Tova Leigh, criadora de conteúdo digital (BBC News Brasil, 2021), denuncia o caráter sistêmico dessas imposições: “Isso é sexismo na sua forma mais cristalina. Infelizmente, o sexismo no esporte é ainda muito recorrente e é um dos fatores que explica por que tantas atletas brilhantes abandonam suas modalidades. Em 2021, isso nem deveria ser um problema”. Sua declaração mostra como práticas discriminatórias produzem impactos duradouros, prejudicando carreiras esportivas, reforçando injustiças históricas e criando ambientes hostis que desencorajam a participação feminina, limitam oportunidades de desenvolvimento e perpetuam ciclos de exclusão ao longo das gerações.

As ações de protesto das atletas, portanto, representam uma forma concreta de resistência às normas sexistas que ainda regem o universo esportivo. Mesmo sob punições e críticas, essas manifestações funcionam como catalisadores de mudança, provocando debates

públicos, pressionando federações e desafiando tradições que naturalizam a objetificação corporal (Adelman, 2003). A reação institucional a esses gestos, geralmente negativa, revela a dificuldade de romper com um modelo conservador e patriarcal que ainda domina o cenário esportivo global. Ao confrontarem essas regras, as atletas não apenas reivindicam mais conforto ou igualdade, mas colocam em xeque a própria estrutura simbólica do esporte.

### **Considerações finais**

Este estudo investigou como a mídia retrata as desigualdades de gênero ao apresentar os corpos das atletas e as regulamentações de uniformes nos Jogos Olímpicos. A análise revelou uma representação marcada por contradições: em determinados momentos, a cobertura reforça a sexualização e a objetificação das competidoras; em outros, oferece espaço para que as próprias atletas expressem resistência e se posicionem contra práticas discriminatórias.

Em relação ao objetivo geral, a pesquisa possibilitou compreender de que maneira a mídia aborda as questões de gênero no esporte, a partir da análise de três categorias temáticas principais. No que concerne aos objetivos específicos, os resultados permitiram identificar padrões discursivos recorrentes nas matérias, examinar como se configuram as tensões entre sexualização e autonomia corporal e compreender as estratégias de resistência que emergem frente às regras de vestimenta. Tais achados contribuem para deixar claro o papel central da mídia na manutenção ou no questionamento das desigualdades de gênero, apontando a relevância de debates que ultrapassam o âmbito esportivo e alcançam dimensões sociais e culturais mais amplas.

A análise das matérias jornalísticas permitiu organizar as representações midiáticas em três categorias principais. A primeira, “Sexualização e objetificação”, mostrou como a cobertura ainda reproduz padrões que reduzem os corpos das atletas a objetos de contemplação estética, priorizando a aparência em detrimento do desempenho esportivo. A segunda, “Desigualdade histórica e perspectivas de mudança”, revelou tanto a persistência de práticas discriminatórias quanto sinais de transformação, como a paridade de gênero alcançada nos Jogos de Paris 2024. Já a terceira, “Autonomia e resistência”, destacou as ações performativas das atletas na reivindicação pelo direito de escolher seus uniformes, configurando gestos de enfrentamento às estruturas patriarcas. Em conjunto, essas categorias mostram que, embora

persistam desigualdades históricas, cresce um movimento de contestação e transformação protagonizado pelas próprias competidoras.

Os resultados também apontam para o papel ambivalente da mídia brasileira na abordagem das questões de gênero no esporte olímpico. Se, de um lado, ela amplia vozes de resistência e celebra conquistas, de outro, ainda perpetua práticas que objetificam corpos generificados e reproduzem lógicas de controle e sexualização. Essa contradição indica que o jornalismo esportivo atua simultaneamente como espaço de visibilidade e de opressão, contribuindo tanto para o avanço quanto para a manutenção das desigualdades de gênero no esporte de alto rendimento.

A pesquisa apresenta algumas limitações metodológicas. A opção por analisar exclusivamente veículos de comunicação brasileiros reduziu o alcance dos resultados, dificultando a compreensão de como fenômenos semelhantes se configuram em contextos internacionais. Além disso, a ausência de interlocução direta com atletas restringiu a investigação às representações midiáticas, sem contemplar percepções pessoais das competidoras.

Apesar disso, o estudo oferece contribuições relevantes. No campo teórico, mostra como a noção de performatividade de gênero se aplica ao esporte, ao indicar os uniformes como dispositivos de controle corporal. No plano empírico, mapeia representações midiáticas que oscilam entre a reprodução de estereótipos e a construção de narrativas críticas, oferecendo subsídios para ampliar o debate sobre gênero, mídia e esporte.

No plano prático, os resultados trazem à tona a urgência de revisar regras esportivas e de transformar práticas jornalísticas, de modo que a cobertura priorize o desempenho atlético em vez da objetificação dos corpos. Destacam também a necessidade de investir em programas de formação continuada para profissionais da mídia esportiva, sensibilizando-os quanto às questões de gênero e suas implicações na produção de conteúdo. Além disso, os achados podem subsidiar a formulação de políticas públicas e inspirar iniciativas de organizações esportivas voltadas à promoção da equidade de gênero.

Para pesquisas futuras, recomenda-se ampliar o escopo em três direções: (1) realizar estudos comparativos internacionais sobre uniformes e representações midiáticas; (2) incluir entrevistas com atletas, possibilitando perspectivas diretas sobre o tema; e (3) explorar outras

dimensões, como modalidades esportivas tradicionalmente masculinas ou a relação entre maternidade e carreira esportiva.

## Referências

- ADELMAN, Miriam. Mulheres atletas: re-significações da corporalidade feminina. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 11, n. 2, p. 445-465, jul./dez. 2003.
- BACKES, José Fernando Lisbôa. Mídia e os protestos contra a sexualização nas olimpíadas 2020. **Fiep Bulletin**, Curitiba, v. 93, p. 1-9, 2023. Disponível em: <<https://ojs.fiepbulletin.net/fiepbulletin/article/download/6678/54616148/54616985>>. Acesso em: 18 fev. 2025.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BBC NEWS BRASIL. Olimpíada de Tóquio 2021: como o sexismo se reflete no controle dos uniformes das atletas. **BBC News Brasil**, São Paulo, 27 jul. 2021. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-57978154>>. Acesso em: 5 maio 2025.
- BORDO, Susan. **O corpo e a sociedade**: a mulher, a cultura e o corpo perfeito. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. p. 153-172.
- CASTRO, Amanda. Mulheres nas Olimpíadas: uniformes, participação e salários em pauta. **CNN Brasil**, São Paulo, 28 jul. 2021. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/esportes/volei/mulheres-nos-jogos-uniformes-participacao-e-salarios-em-pauta>>. Acesso em: 30 dez. 2024.
- FANTÁSTICO. Uniforme longo da equipe alemã de ginástica é protesto contra a sexualização no esporte. **G1**, Rio de Janeiro, 25 jul. 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2021/07/25/uniforme-longo-da-equipe-alema-de-ginastica-e-protesto-contra-a-sexualizacao-no-esporte.ghml>>. Acesso em: 15 maio 2025.
- FERNÁNDEZ, Joaquín Sedano; MUÑOZ, Ana María Magaz. Media representation of women athletes at the Olympic Games: a systematic review. **Apuntes Educación Física y Deporte**, Barcelona, v. 146, p. 32-41, 2021.

FERRETI, Marco Antônio de Carvalho; KNIJNIK, Jorge Dorfman. Mulheres podem praticar lutas? Um estudo sobre as representações sociais de lutadoras universitárias. **Movimento**, Porto Alegre, v. 13, n. 1, p. 57-80, 2017. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/2925>>. Acesso em: 18 fev. 2025.

FORNARI, Lucimara Fabiana *et al.* Perspectiva de gênero nas reportagens sobre mulheres atletas nos Jogos Olímpicos Rio 2016. **Texto Contexto Enfermagem**, Florianópolis, v. 28, p. e20180170, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1980-265X-TCE-2018-0170>>. Acesso em: 25 fev. 2024.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOELLNER, Silvana Vilodre. Mulher e esporte no Brasil: entre incentivos e interdições elas fazem história. **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 8, n. 1, p. 85-100, 2015. Disponível em: <<https://revistas.ufg.br/index.php/fef/article/view/106>>. Acesso em: 19 fev. 2025.

GOELLNER, Silvana Vilodre. Mulheres e futebol no Brasil: entre sombras e visibilidades. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 143-151, 2005.

KNIJNIK, Jorge Dorfman; SOUZA, Juliana Sturmer Soares. A mulher invisível: gênero e esporte em um dos maiores jornais diários do Brasil. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v. 21, n. 1, p. 35-48, 2018. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/rbefe/article/view/16642>>. Acesso em: 19 fev. 2025.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 2003.

MAIA, Gabriella Mildenberger. **Entre panos e tramas**: a hiperssexualização no esporte e os dizeres sobre o corpo da mulher no discurso jornalístico digital. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Estadual do Centro-Oeste, Guarapuava, 2023.

MARTÍNEZ, Luís Arboledas; MARTÍN, Diana García; BENÍTEZ, José María Herranz. La brecha de género en el deporte: el caso de una marginación histórica y socialmente. **Revista Psicología y Ciencias Afines**, Buenos Aires, v. 38, n. 3, p. 73-86, 2021.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2014.

NUNES, Ricardo Andrade. Women athletes in the Olympic Games. **Journal of Human Sport and Exercise**, Alicante, n. 14, n. 3, p. 674-683, 2019.

PAPE, Madeleine. Gender segregation and trajectories of organizational change: the underrepresentation of women in sports leadership. **Gender & Society**, Londres, v. 34, n. 1, p. 81-105, fev. 2020.

SAFFIOTTI, Heleith. **Gênero, patriarcado e violência.** São Paulo: Expressão popular: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANCHEZ, Lucas. Operadores de câmeras em Paris 2024 são instruídos a evitar planos sexistas de atletas; entenda. **CNN Brasil**, São Paulo, 28 jul. 2024. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/esportes/olimpiadas/operadores-de-cameras-em-paris-2024-sao-instruidos-a-evitar-planos-sexistas-de-atletas-entenda/>>. Acesso em: 23 abr. 2025.

SANTOS, Tiago Canossa *et al.* Gênero feminino, corpo e sexualidade no esporte: os uniformes das atletas nas Olimpíadas de Tóquio. **Revista Mídia e Cotidiano**, Niterói, v. 18, n. 1, p. 1-18, 2024. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/midiaecotidiano/article/view/57098>>. Acesso em: 20 fev. 2025.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

UOL. Após polêmica sobre machismo nos trajes da abertura, Comitê Olímpico Francês flexibiliza regras. **UOL Esporte**, São Paulo, 25 jul. 2024. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/rfi/2024/07/25/apos-polemica-sobre-machismo-nos-trajes-da-abertura-comite-olimpico-frances-flexibiliza-regras.htm>>. Acesso em: 16 abr. 2025.